

INDEC - CONCURSOS PÚBLICOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ
MÉDICO SMS E - NEUROLOGISTA
INSTRUÇÕES

NÃO ABRA O CADERNO DE PROVAS ANTES DE RECEBER ORDEM PARA FAZÊ-LO

01. Este caderno de provas contém 40 questões de múltipla escolha.
02. Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
03. Leia atentamente a questão no caderno e escolha a alternativa que julgar correta.
04. Marque as respostas no gabarito conforme instruções constantes no mesmo com caneta (*azul ou preta*).
05. As respostas a lápis ou rasuras serão consideradas erradas.
06. Faça a sua prova em silêncio, para que todos façam também.
07. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
08. Não será fornecido outro caderno de provas, exceto no caso do item 12.
09. O tempo de duração da prova é aquele anotado na lousa.
10. Coloque o seu nome, assinatura e o cargo para qual está fazendo o concurso.
11. Coloque a data da realização do mesmo e o número de sua inscrição.
12. Verifique se a prova contém falhas: folhas em branco, má impressão, páginas trocadas, falta de questões etc. Encontrando falhas, levante a mão. O fiscal *Atenderá você e trocará o seu caderno.*

NOME: _____

CARGO: _____ INSCR. Nº: _____

ASSINATURA: _____ DATA: ____ / ____ / ____

R.G. Nº: _____ DATA NASC.: ____ / ____ / ____

SALA: _____ LOCAL: _____

28. As patologias relacionadas abaixo, de lenta evolução, são consideradas como sendo produzidas por agentes virais, com exceção de:

- a) () Kuru
b) () Doença de Alzheimer
c) () Doença de Creutzfeldt-Jacob
d) () Panencefalite esclerosante subaguda

29. A oftalmoplegia internuclear é consequência de lesão em:

- a) () Núcleo de Perlia
b) () Área 8 do lobo frontal
c) () Área 17 do lobo occipital
d) () Fascículo longitudinal medial

30. Paciente com AIDS apresenta, com freqüência, encefalites virais. O agente viral mais comum nesses casos é:

- a) () HIV
b) () Epstein-Barr
c) () Herpes-Zóster
d) () Herpes simples

31. José, servidor público municipal, cometeu um ato de improbidade, no exercício de sua função. De acordo com o artigo 187, do Estatuto dos Funcionários Públicos de Sumaré, José terá

- I.** suspensão dos direitos políticos;
II. ressarcimento ao erário;
III. disponibilidade de bens;
IV. perda da função pública;
V. ação penal cabível.

Estão corretas APENAS as afirmações

- a) () I, II, IV e V.
b) () II, III, e IV.
c) () I, II, III, IV e V.
d) () IV e V.

32. A aposentadoria compulsória ocorrerá aos

- a) () 70 anos de idade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.
b) () 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
c) () 65 anos de idade, se homem, e aos 60 anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
d) () 65 anos de idade, se homem, e aos 60 anos, se mulher, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

33. A aposentaria será:

INVALIDEZ PERMANENTE	COMPULSÓRIA	VOLUNTÁRIA
a) () com proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.	70 anos de idade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.	35 anos de serviços, se homem, e aos 30 anos, se mulher, com proventos integrais.
b) () com proventos proporcionais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.	65 anos de idade, se homem, e aos 60 anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.	70 anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
c) () proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei.	70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço	35 anos de serviços, se homem, e aos 30 anos, se mulher, com proventos integrais.
d) () com os proventos proporcionais ao tempo de contribuição	aos 30 anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 anos, se professora, com proventos integrais.	35 anos de serviços, se homem, e aos 30 anos, se mulher, com vencimentos integrais.

34. A fixação de quadro de lotação numérica de cargos e funções, sem o qual não será permitida a nomeação ou contratação de servidores é:

- a) () obrigatória.
b) () proibida.
c) () facultativa.
d) () permitida.

35. A liberdade de filiação político-partidária aos servidores municipais é

- a) () proibida.
b) () assegurada.
c) () obrigatória.
d) () facultativa.

36. Os recursos financeiros do sistema municipal de saúde vinculados a Secretaria, da saúde e higiene serão subordinados ao planejamento e controle do conselho:

- a) () do serviço social
b) () da saúde
c) () da vigilância sanitária
d) () da infância e juventude

37. A instalação ou extinção de quaisquer serviços públicos de saúde deve ser aprovada e discutida:
- a) no âmbito da Educação
 - b) na Câmara Municipal
 - c) Plano Diretor da Vigilância Sanitária
 - d) Pelo Sistema Único de Saúde e Conselho Municipal
38. Compete ao município, assinale V ou F.
- a) saneamento básico e controle de endemias e epidemias.
 - b) verbas especiais para lazer e diversão da população.
 - c) elaboração e atualização da proposta orçamentária do SUS para o município.
 - d) a administração do fundo municipal de saúde.
39. As ações e serviços de saúde realizados no município integram e constituem o sistema de saúde, são organizados de acordo com as seguintes diretrizes: Exceto.
- a) secretaria de saúde, e higiene, e gestora, sistema de saúde.
 - b) integralidade na prestação das ações adequadas as realidades epidemiológica.
 - c) participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários dos trabalhadores.
 - d) as instituições privadas poderão participar de forma efetiva no sistema municipal de saúde.
40. É dever do poder público municipal buscar recursos para atender as leis e garantirem qualidade de vida dos portadores de necessidades especiais; Assinale a alternativa incorreta, estes recursos são:
- a) coibir o acesso ao trabalho e escolas, dificultando a inclusão.
 - b) montagem e manutenção dos centros de aprendizagem, reabilitação, e recuperação de deficientes físicos.
 - c) acessibilidades nas escolas.
 - d) assegurar convênios para reabilitação de deficientes através de entidades filantrópicas e unidade pública sem fins lucrativos.